

## Influência das Instituições no Desempenho Econômico Industrial Latinoamericano: Um Estudo Quantitativo com Dados em Painel

**Autoria:** Paulo Eduardo Moledo Palombo, Antonio Carlos Aidar Sauaia

### Resumo

A análise das influências institucionais sobre a conduta empresarial tem, segundo Eggertsson (1990) e Black (2000), espaço para uso de novos ferramentais analíticos e quantitativos. Estes autores apontaram duas deficiências a sanar: a incipiente coleta de dados institucionais, principalmente nos países em desenvolvimento e a complexidade de uma análise institucional comparada. A literatura no que tange a instituições avançou com Williamson (1985) e Kliksberg (1994), entre outros. Neste estudo quantitativo adotou-se a econometria de dados em painel, tendo sido examinados 24 países da América Latina em 17 anos de observação reunidos em uma base de dados secundários. Foram estudadas sete variáveis: a efetividade da ação governamental, a qualidade regulatória dos três poderes, a proporção do crédito disponível no mercado em relação ao PIB, a liberdade para comercializar com o exterior, as despesas e os gastos governamentais em proporção do PIB, o índice de percepção de corrupção e a população como variável de controle. Cinco variáveis explicaram melhor o desempenho do PIB industrial dos países latinoamericanos e três apresentaram significância estatística em todos os testes *step by step* e de robustez (*chow predictive*): a efetividade da ação governamental (+) com sinal positivo, ou seja, quanto maior a aplicação de leis e a transparência quanto à sua aplicação, melhor o desempenho econômico; a regulação pública no país (-) com sinal negativo, isto é, quanto maior a regulação sem a mensuração da qualidade da mesma, menor o desempenho econômico; o consumo público (-) com sinal negativo, pois quanto maior o consumo do governo, maior a concorrência com o setor privado por bens, serviços e fatores de produção. Tais resultados permitiram melhor identificar as influências das instituições no desempenho do setor industrial latinoamericana no período estudado. Outros autores examinaram o mesmo problema. Scherer (1970) nos EUA e Gonçalves (2003) no Brasil, que partiram de premissas teóricas distintas, encontraram resultados semelhantes corroborando os efeitos positivos de ações governamentais e de desenhos institucionais sobre o desempenho setorial. As limitações presentes neste estudo poderão ser objeto de avanços futuros: ampliar a base de dados dos países utilizada no método econométrico, examinando, por exemplo, países da OCDE – Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico. A partir desses achados e para superar as dificuldades de uma análise econômica e institucional comparada, os resultados aqui apresentados poderão ser usados para desenhar experimentos laboratoriais nos quais serão examinados a conduta de agentes econômicos e seu desempenho em ambiente industrial controlado.

## Introdução

Após realizar pesquisas sobre a estrutura tributária brasileira, seus incentivos e desincentivos ao processo produtivo privado, mecanismos de financiamento público e oneração do setor privado, restrições orçamentárias públicas e processo de desenho e ordenamento institucional, desenvolveu-se um questionamento com o objetivo de se estudar as influências desse desenho institucional na estrutura setorial, na conduta dos agentes e no desempenho das empresas. Para identificar elementos que colaborem com a discussão das influências institucionais sobre o desempenho econômico da indústria, utilizar-se-á um estudo econométrico baseado em dados em painel desbalanceado, com 24 países da América Latina em um período de 17 anos.

A partir dos resultados do modelo econométrico busca-se identificar as variáveis explicativas mais relevantes e observar alterações no ambiente econômico, político e institucional decorrentes de tais variáveis, objeto de interesse para o ensino e aprendizagem de novos gestores e para as pesquisas científicas em Economia e Administração.

Adotou-se a hipótese de que as mudanças no ambiente institucional não influenciam de modo significativo o desempenho econômico industrial. Verificar a validade de tal afirmação poderia parecer trivial, mas coletar evidências por meio de pesquisas quantitativas e de observações baseadas em experimentos laboratoriais, que alterações institucionais não influenciam isoladamente o desempenho industrial não é tão simples, principalmente devido à dificuldade em se encontrar e consolidar os dados secundários, avaliar e corrigir as diferenças metodológicas das variáveis observáveis existentes entre os diversos países selecionados e desenhar os experimentos laboratoriais, a partir das variáveis econométricas significantes, para coleta de dados primários.

A discussão quanto à influência ou não das instituições ganhou importância à medida que a economia brasileira se abriu para o comércio internacional após os anos 90, evidenciando a importância de se entender também os ambientes institucionais dos outros países parceiros. A crise financeira do *subprime* de 2008, ocorrida nos EUA, trouxe novamente a discussão sobre uma maior regulação do mercado por parte do governo e o fortalecimento das instituições para a redução das incertezas e especulações.

As ciências administrativas e econômicas, nos cursos de graduação, distanciaram-se ao longo do tempo, havendo poucas disciplinas que promovam uma visão integrada entre os economistas e administradores. Neste estudo busca-se identificar sinergias entre os diferentes métodos e teorias mais avançadas entre as ciências, retomando um diálogo complementar para aproveitar-se dos benefícios integrados que possam ser alcançados.

A metodologia baseou-se no uso de dados macroeconômicos e setoriais da indústria brasileira e de outros 23 países latino-americanos, usando-se observações de 17 anos. Por meio dessa base foi analisada a influência de mudanças institucionais tais como: alterações na qualidade regulatória do governo, de percepção de corrupção, de efetividade governamental na implantação de políticas públicas e na liberdade do país para o comércio internacional, além do índice *Doing Business* do Banco Mundial, que ranqueia o país quanto ao ambiente para fazer negócios.

Utilizaram-se também as variáveis de controle: população e inflação, variáveis macroeconômicas, tais como a proporção do crédito em relação ao PIB, alíquota efetiva do Imposto de Renda sobre o controle de capital estrangeiro, para analisar seus efeitos sobre o desempenho no PIB setorial das indústrias. Além disso, o aspecto político também foi considerado, ao se estudar se ele pode efetivamente alterar o desempenho econômico setorial da indústria a partir da maior ou menor liberdade política civil.

## Instituições - Teorias e Definições

O desenho das instituições constitui uma das variáveis mais importantes para o desenvolvimento e o crescimento econômico de um país (WILLIAMSON, 1985), pois elas podem influenciar a estrutura setorial e a conduta dos agentes econômicos. Por conseguinte, qualquer mudança ou alteração nessas instituições serão também relevantes e devem ser analisadas. Traz-se aqui de uma revisão quanto às mudanças institucionais e suas definições presentes na literatura. (EGGERTSSON, 1990).

Abordagens teóricas de mudança institucional nas economias em transição e em desenvolvimento já são bastante diversificadas, pois vão desde as teorias gerais do processo de reforma como um todo através de modelos muito específicos, até as teorias com aspectos específicos da reforma institucional. Provavelmente a abordagem mais geral é a de Roland (2000), estabelecidos em inúmeros artigos e muito bem resumidos por ele.

Roland (2000, p. 87) considera graduais as abordagens chamadas big bang para a reforma institucional fundamental de uma economia de mercado e investiga a formação de vários tipos de coligação a favor ou contra as diferentes etapas da reforma. Embora não diretamente focando nas questões institucionais centrais desse trabalho, Stiglitz (1996, p. 102) chama a atenção para as deficiências do modelo neoclássico, um padrão da economia de mercado, como base para um aconselhamento aos governos de países em transição e em desenvolvimento sobre as estratégias de reforma institucional adequadas.

Stiglitz (1996, p. 82) chama a atenção para numerosas questões informativas e de incentivo que surgem em muitos mercados, como a resolução teórica que implica em várias formas de intervenção estatal e regulação. Em outras palavras, Stiglitz (1996, p. 89) pode ser considerado por esses Estados por fornecer uma base conceitual para muitas das reformas institucionais agora amplamente reconhecidas como essenciais para as economias que pretendem chegar ao atual estágio de desenvolvimento das economias de mercado.

O resultado dessa análise pode gerar um desenho utilizando-se da economia da informação, que pode levar a notáveis conclusões, como por exemplo, na análise dos mercados de crédito e bancos, no papel da concorrência na privatização e nos direitos de propriedade. (MOOSA, 2002, p. 56).

Ao contrário da definição de instituições acima referida, várias economias em transição e em desenvolvimento criaram práticas que comprometem gerando um conflito com as características desejáveis aqui listadas. Em particular, a propriedade do anonimato é freqüentemente violada através de formas de captura do Estado por grandes empresas e outros grupos de interesse econômico, nas quais esses agentes são capazes de influenciar a política estatal em seu favor, e, conseqüentemente, prejudicar o bom funcionamento das instituições econômicas e políticas. (STIGLITZ, 1996, p. 92).

Tais práticas foram analisadas em profundidade para a Rússia em Hellman *et al.* (2010, p. 33) e, com base empírica extensa e com dados empresariais em Hellman *et al.* (2010, p. 45). O primeiro vê uma continuação, em que a Rússia tradicional tem uma interpenetração das estruturas políticas e econômicas, que se caracteriza pelas estruturas de mercado não serem tão fragmentadas. O último conclui que melhorou a proteção dos direitos e das liberdades civis o que pode reduzir significativamente a captura econômica.

Mais solidamente representada na realidade econômica subjacente, Kennedy (1988, p. 27) defende uma ligação entre o sucesso econômico e poderio militar. A tese de Kennedy (1988) é que os países economicamente bem sucedidos aplicam recursos para o desenvolvimento de seu poder militar e, mais tarde, esforçam-se para manter o seu crescimento através de empreitadas militares bem sucedidas, eventualmente com o custo do investimento produtivo e de desenvolvimento.

O desenho institucional influencia o desenho do Estado, podendo até sobrepor-se a ele, portanto, a primeira consequência direta da formulação das instituições é a formação das relações entre Estado e Sociedade, ou Estado e setores econômicos privados. (CHIAROMONTE; DOSI, 1991). De modo objetivo são trazidas definições de distintos desenhos de Estado, que possuem por sua vez díspares tipos de relação com os setores produtores privados.

São apresentadas algumas definições e os tipos de estrutura institucional que são necessários para uma economia do tipo de mercado funcionar bem, como também são examinadas algumas abordagens teóricas recentemente desenvolvidas às questões de mudança institucional. Nesta base, analisam-se as economias em desenvolvimento para avaliar até onde elas se comprometeram orientadas para a mudança institucional. Em seguida, consideram-se as ligações entre os indicadores de alternativas de mudanças institucionais e dimensões do desempenho econômico.

### **Governo como Agente Incentivador do Crescimento Econômico Setorial**

Uma abordagem usual do tema de como redesenhar o Estado para facilitar e promover o desenvolvimento econômico passa por alterar direta e profundamente suas estruturas organizacionais, tornar eficiente sua gestão e incorporar técnicas modernizantes. (KLIKSBURG, 1994, p. 38). Trabalha-se então em como o governo pode tornar-se um importante e eficiente incentivador do crescimento econômico setorial.

É preciso discutir, qual a função que se deseja para o Estado nos países em desenvolvimento e no caso específico deste estudo, o Brasil neste início de século. As mudanças e modernizações técnicas, absolutamente necessárias, não podem ser escolhidas de forma abstrata ou a partir da oferta de tecnologias do mercado. (COWLING, 1999, p. 72).

Devem existir critérios de escolha guiados pela idéia central de que, dada uma função ou serviço determinados a serem cumpridos pelo Estado, qual seria o tipo de tecnologia mais apropriada para possibilitar que ele cumpra, com a maior eficiência possível, essa função. (KLIKSBURG, 1994, p. 42; MOOSA, 2002, p. 71).

A discussão tecnocrática pura simples sobre a reforma do Estado para o desenvolvimento econômico setorial deveria ser superada por um debate mais amplo, que partindo dos novos posicionamentos com respeito aos modelos de desenvolvimento, extraia conclusões sobre quais seriam os papéis do Estado eficiente e a partir daí, procurar elaborar critérios técnicos para dotá-lo das capacidades com que consiga concluí-los. (CROZIER, 1996, p. 63).

O questionamento sobre a função do Estado nas questões econômicas faz parte de uma polêmica mais ampla sobre a função geral do Estado e em sua relação com a sociedade que o desenhou. Esteve situado, por algumas décadas, na idéia de que era possível pensar-se num Estado que planificasse integralmente o desenvolvimento em todos seus aspectos, mas que os exemplos como a Alemanha Oriental e a ex-União Soviética mostraram trazer desincentivos e problemas econômicos graves. Provocam-se ineficiências por meio das limitações de informações e controle de sua máquina, ao planejar e trabalhar centralizadamente para levar a cabo esta operação e que assumisse todo tipo de funções executivas, o que seria impensável dada a complexidade dos atuais sistemas econômicos. (KLIKSBURG, 1994, p. 43; COWLING, 1999, p. 78).

Na prática, esta teoria mostrou graves dificuldades em sua própria criação, subestimando ou marginalizando a sociedade civil em suas múltiplas expressões, sem permitir sua participação e na implantação efetiva de políticas públicas. Revelaram-se sérias ineficiências, além do caráter centralizado da gestão que se demonstrou um fator crucial de

rigidez e muito distante das exigências da realidade, que se altera com uma rapidez cada vez maior e requer Estados que evoluam com tal velocidade. O pêndulo girou na direção oposta, para aquela que postulava a necessidade de um Estado mínimo. (KLIKSBERG, 1994, p. 43; GONÇALVES, 2003, p. 53).

No primeiro caso, pode-se citar ainda o problema dos custos de transação, pois ao se tentar planificar a economia como um todo, gerenciar tal quantidade de informações necessárias para as tomadas de decisão, tornava o processo tão caro, a ponto de caracterizá-lo como ineficiente e quase impossível. (DOSI; EGIDI, 1991, p. 17).

No caso do Estado mínimo, experiências como a crise de 1929 e a Grande Depressão mostraram que o modo de produção capitalista tem suas falhas e que o mercado em determinadas condições também não consegue de maneira eficiente alocar os recursos. Com a finalidade de que se atinja um equilíbrio, tornando necessária e imprescindível a intervenção estatal no sentido de alterar as características da estrutura do mercado em questão, no exemplo citado, o mercado acionário e imobiliário. (ERICSSON, 2000, p. 69). Apesar de Moosa (2002, p. 41) partir de premissa teórica distinta de Gonçalves (2003, p. 55), seus achados são semelhantes corroborando os efeitos positivos das ações governamentais no desempenho setorial; limitados pela possibilidade do Estado exagerar em suas ações, tornando-se produtor e concorrente do setor privado.

A regulação surge como uma necessidade de garantia da eficiência econômica e uma percebida aspiração e vontade da sociedade, perante os custos enormes que a sociedade toda poderá pagar, caso sejam entregues a certa mão invisível alguns de seus aspectos críticos ou estratégicos, com o perigo da formação de cartéis, ou até mesmo monopólios. Crozier (1996, p. 64) adverte com respeito a isso: “Com muita freqüência, a mão invisível de Adam Smith se transforma na mão de um punquista. Os mercados livres e sem amarras têm o costume de descobrir atividades muito rentáveis, mas improdutivas.”

Um Estado concentrado em funções estratégicas para a sociedade, com um desenho institucional e um desenvolvimento de capacidades gerenciais que lhe permitam concretizá-las com alta eficiência, é o que se espera de um Estado misto, incentivador do crescimento econômico setorial. Nestes esquemas identifica-se que, entre Estado e mercado, existe um amplo conjunto de organizações, que inclui, entre outras, os espaços de interesse público. Organizações sem fins lucrativos, nem totalmente públicas, nem privadas que tem seus fins na maximização da utilidade coletiva. Como exemplos: a nova geração de cooperativas empresariais com extensa difusão em numerosos países desenvolvidos e em desenvolvimento, as organizações não governamentais, as organizações sociais voluntárias de base religiosa, as organizações de bairros, os grupos ecologistas, o voluntariado e outras formas de agrupamento de esforços da sociedade civil de múltiplas características. (MINTZBERG, 1996a, p. 22).

Tratam-se, na nova concepção, de se adicionar às funções-chave do Estado para a sociedade essas funções vinculadas com demandas como as que foram antes expostas e outras que o Estado pode desempenhar, juntamente com as potencialidades do mercado e as múltiplas contribuições que podem emanar da sociedade civil. Parte-se daí a obrigação de se repensar o Estado, tendo como objetivo plausível a conformação do que se poderia chamar um Estado eficiente economicamente e politicamente. É imprescindível continuar o esforço de reconstruir um Estado que venha a cumprir e dar conta das novas demandas que se apresentam e possa se aliar, contribuir e conseguir harmoniosamente junto às forças produtivas privadas a obtenção do melhor resultado para os setores econômicos, sociedade, consumidores, investidores e outros *stakeholders* e sendo um fator incentivador e facilitador do desenvolvimento de uma sociedade civil cada vez mais articulada, forte e pró-ativa, constituindo-se portanto um Estado misto incentivador do mercado e dos agentes.

(SCHERER, 1970, p. 59; PHAR, 1979, p. 39; KLIKSBERG, 1994, p. 43; RAPACZYNSKI, 1996, p. 99).

### **Problema de Pesquisa**

Através da revisão da literatura sobre instituições e como suas falhas podem trazer prejuízos à competitividade e à concorrência industrial, trouxeram-se alguns exemplos de setores industriais brasileiros para ilustração do cenário econômico setorial brasileiro, cujas análises serviram para formação de um quadro comparativo e de uma representação da atual situação pós-crise de 2008, em que se percebe a importância e potencialidade do setor industrial, entre outros.

Ao compararem-se diferentes ambientes institucionais, buscam-se elementos que indiquem se instituições ou regras institucionais são de fato relevantes para alterar ou influenciar essa competitividade e desempenho setorial, tentando se identificar quais são mais influentes e qual é o sentido dessa influência, se positiva ou negativa, tentando assim testar a hipótese apresentada na introdução de que as instituições não influenciam isoladamente a estrutura do setor, a conduta dos agentes e o desempenho econômico das empresas.

O estudo avalia por meio da análise econométrica de variáveis institucionais com o uso de dados em painel e da ferramenta de ensino, simulação e pesquisa Laboratório de Gestão, as ações do ator Governo no sentido de propiciar oportunidades ou ameaças ao setor industrial e seus agentes. Portanto, a pesquisa de campo foi definida utilizando-se dos dados econômicos, políticos e institucionais de 24 países latino-americanos em 17 anos de observação e de uma análise por meio do software STATA, para distinguir as variáveis explicativas com significância estatística, do desempenho econômico setorial da indústria. Para de posse dessas variáveis significativas, replicá-las em dois experimentos feitos com alunos da graduação em Administração da FEA/USP, em semestres distintos, de modo a avaliar a influência dessas na estrutura do setor, na conduta dos agentes e no desempenho das indústrias.

De posse dos resultados, tenta-se uma aproximação entre as literaturas gerencial e econômica. A primeira avançou mais no sentido das simulações e experimentos, tendo disciplinas obrigatórias na grade curricular dos cursos de Administração, mas a segunda avançou mais no uso das ferramentas estatísticas para avaliação das influências de variáveis observadas. Os resultados da pesquisa poderão servir para gestores de instituições públicas e privadas reavaliarem a importância que têm dado às variáveis políticas, institucionais e econômicas. Para os formuladores de políticas públicas se atentarem para os efeitos desses desenhos na estrutura, conduta e desempenho dos setores e, finalmente, para as instituições de ensino reaproximarem tópicos teóricos e ferramentas práticas das literaturas gerencial e econômica.

Observando a evolução da estrutura setorial, da conduta dos agentes e do desempenho das empresas simuladas que concorrem entre si e se diferentes ideologias do Governo influenciam os desempenhos setoriais da indústria; examinam-se também as reações dos participantes quanto a mudanças na estrutura e na conduta conduzidas pelos concorrentes, após tais movimentações políticas, econômicas e institucionais também praticadas pelo Governo.

### **Metodologia de Pesquisa**

Realizou-se uma revisão da literatura que revisitou os temas: instituições; sua importância para o ambiente econômico; governo como agente do crescimento econômico

setorial; falhas institucionais e como o desenho institucional pode reduzir as incertezas econômicas colaborando para o desempenho econômico e por fim, o ambiente de simulação denominado Laboratório de Gestão: simulador organizacional, jogos de empresas e pesquisa aplicada.

Para complementar e auxiliar na formatação do experimento realizado utiliza-se da análise de dados e resultados de uma regressão feita através da econometria de painel, conforme explicada na próxima seção. Com uma amostra de 24 países da América Latina em 17 anos de observação e de dados secundários, tentando assim trazer para o estudo uma robustez maior em seus resultados, análises e conclusões.

Segundo Eggertsson (1990), North (1991, 1994), Black (2000) e Havrylyshyn e Rooden (2000) a análise da influência das instituições sobre a economia e o desempenho setorial tem muito a evoluir: com o uso mais amplo e constante de métodos quantitativos e evidências empíricas e a introdução de novos ferramentais teórico-analíticos. Existe ainda hoje segundo esses autores uma limitação na coleta de dados políticos e institucionais, principalmente em países em desenvolvimento e uma embrionária construção de base de dados. Dificultada pela própria possibilidade de comparar diferentes instituições em distintos países, dadas as particularidades sociais e culturais delas. De posse dos resultados econométricos e da identificação das variáveis com significância estatística válida, desenhou-se os ambientes institucionais de modo a diferenciá-los com validade científica, olhando-se para os dados secundários do painel. Scherer (1970) também usou um método teórico de comparação, com uma abordagem quantitativa comparativa a partir de tabelas, observando a Europa Ocidental e EUA.

### Método Econométrico - Modelos de Efeitos Fixos

Ao se tratar de modelos de efeitos fixos, depara-se com modelos cujos coeficientes podem variar de indivíduo para indivíduo ou então a mesma unidade de observação se alterando com o passar do tempo, ainda que permaneçam como variáveis constantes fixas, não aleatórias. (GREENE, 2008, p. 81).

Trabalha-se com a seguinte equação econométrica simples:

$$Y_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 X_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Em que  $Y$  é a variável dependente,  $\alpha$  é o coeficiente angular da equação,  $\beta$  é o vetor de coeficientes associados às variáveis explicativas independentes,  $X$  são os valores assumidos pelas variáveis explicativas, para toda e qualquer unidade de observação,  $\varepsilon$  é o termo de perturbação genérico, ou o erro não explicado pelo vetor das variáveis explicativas,  $i$  é o conjunto de unidades de observação e  $t$  é o período de observações coletado. (GREENE, 2008).

Para testar se as mudanças institucionais tiveram realmente o impacto esperado, realizam-se estimativas utilizando *Least Squares Dummy Variable Model* - LSDV. A amostra consiste de 24 países latino-americanos entre os anos de 1992 e 2009. Os países analisados por existir dados para tal estudo econométrico foram: Antígua e Barbado, Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

A escolha da região da América Latina deveu-se ao fato primeiramente do Brasil estar inserido nela, de ser mais fácil a comparação entre esses países dado o tipo de colonização e herança política desses países e pela existência de diversas mudanças no ambiente institucional e principalmente político.

Houve cenários que evoluíram para estabilidade, enquanto que outros foram no caminho oposto e finalmente pela existência de variáveis semelhantes colhidas por institutos multilaterais e apartidários que permitem uma comparação econométrica interessante entre os países para o período de 1992 a 2009.

Foi testada a influência temporal sobre as variáveis e resultados econométricos, porém a mesma não se apresentou com significância estatística válida. Portanto, não há uma tendência temporal de crescimento econômico setorial da indústria por si só, de modo isolado às variáveis políticas, institucionais e de controle; sendo mais um vestígio da importância dessas para a explicação do comportamento econômico setorial nos últimos 17 anos.

No Quadro 1 sintetizam-se as variáveis e fontes de dados utilizados para a realização da econometria com dados em painel, trazendo também uma descrição sucinta para facilitar o entendimento e análise dos modelos formulados aqui. Os testes econométricos servirão para identificar as variáveis significantes que serão inseridas nos experimentos feitos por meio do Laboratório de Gestão, sem os quais não se teria uma base justificada para inserção e criação dos ambientes institucionais simulados.

As fontes das variáveis e instituições, que as coletam e formam seus bancos de dados, são considerados pelas autoridades econômicas brasileiras como de ilibada reputação, de modo a não viesar sua amostra para disfarçar ou esconder determinadas situações políticas ou econômicas dos países estudados.

As bases de dados foram obtidas a partir do pedido feito pelo autor por meio eletrônico e da indicação e justificativa do uso para fins acadêmicos, sem nenhum custo financeiro, pois para esses fins, tais instituições não comercializam suas bases, solicitando apenas que indiquem as respectivas fontes, e, portanto, seus nomes. As bases já vieram em arquivos Excel e todas as observações existentes das variáveis que interessavam a este estudo e constantes dessas bases de dados foram usadas, havendo poucos valores em branco, que não interferem na análise econométrica por ser tratar de um modelo de painel desbalanceado, próprio para situações como esta. (GREENE, 2008).

**Quadro 1 - Descrição e fontes das variáveis dos modelos de regressão.**

	<b>Variáveis</b>	<b>Descrição Sucinta</b>	<b>Fonte / Instituição</b>
1	anos	Número de anos apresentados nas bases internacionais (1992-2009).	World Bank
2	capital_cont	Controle de capitais estrangeiros.	Fraser Institute
3	cod_pais	Código do Banco Mundial que identifica o país em diferentes bases de dados internacionais.	World Bank
4	corruption	Índice de percepção de corrupção, de 0 a 10, quanto maior melhor e menor é a percepção de corrupção no país.	Transparency International
5	desp_gov	Gastos com despesa do governo geral como proporção do PIB.	Fraser Institute
6	efet_gov	Efetividade da ação governamental.	Fraser Institute
7	free_house	Classificação quanto à liberdade política. Dummy: 1 se livre; 0 se parcialmente livre ou não.	Freedom House
8	gdp_deflator	PIB industrial deflacionado para se isolar o efeito inflacionário.	World Bank

9	income_tax	A maior alíquota do imposto de renda praticada.	Fraser Institute
10	infla	Taxa de inflação corrente anualizada.	World Bank
11	legal_struct	Classificação quanto à eficiência da estrutura legal e segurança dos direitos de propriedade.	Fraser Institute
12	mkt_cred	Crédito em proporção do PIB.	Fraser Institute
13	pop	Número de habitantes do país.	World Bank
14	reg_qualy	Qualidade dos marcos regulatório.	Fraser Institute
15	trade_free	Liberdade para o comércio internacional.	Fraser Institute

Fonte: Elaborado pelos próprios autores a partir das fontes citadas.

Foram utilizados todos os anos de observações de 1992 a 2009, com a totalidade de dados disponíveis nas bases de dados apresentadas no Quadro 1. Para rodar regressões no *software* STATA, é preciso numerar as unidades de observação, no caso 27 países latino-americanos e para isso foi usado o código oficial do Banco Mundial para cada país. A variável dependente a ser analisada é o PIB industrial de cada país deflacionado, para que o efeito da inflação ficasse isolado na variável explicativa.

A primeira variável explicativa *capital\_cont*, ou controle de capitais, segundo Della Porta (2000) deveria apresentar um coeficiente positivo, o que indicaria uma influência positiva sobre o PIB industrial, pois quanto maior o controle de capitais maior a possibilidade do país permitir somente a entrada de Investimentos Estrangeiros Direto, com pouca presença de investimento especulativo, o que seria benéfico ao setor industrial.

A variável *corruption*, ou corrupção, segundo Della Porta (2000) apareceria com um coeficiente negativo, pois quanto maior a percepção da população e dos empresários maior deverá ser o custo para investimentos e operações das empresas do setor industrial e, portanto, menores seriam os investimentos e menor o PIB industrial. Para a variável *desp\_gov*, ou proporção da despesa pública em relação ao PIB, esperar-se-ia um coeficiente negativo de acordo com Elsnér e Groenewegwn (2000), pois quanto maiores fossem as despesas públicas em relação ao PIB, maior seria o consumo público e maior a concorrência com as empresas por bens, serviços e fatores de produção, o que elevaria o custo e reduziria o PIB industrial.

Para a variável *efet\_gov*, ou efetividade da ação governamental, o coeficiente esperado é positivo, pois quanto maior a efetividade pública na aplicação de leis aprovadas e esperadas pela sociedade, maior a confiança e estabilidade político-institucional e seu efeito seria positivo para o resultado do PIB industrial, segundo Grigorian e Martinez (2001). A variável *infla*, correspondente à taxa de inflação oficial dos governos, é uma variável de controle utilizada em estudos como os de Hellman *et al.* (2010) e Lagos (2001 e 2003) para controlar o efeito inflacionário sobre o processo de planejamento e decisões de investimentos, pois quanto maior a inflação maior a dificuldade para realizar planejamentos de longo prazo dadas as variações nos custos de produção.

O coeficiente da variável *free\_house*, que mede quão livre é a sociedade para manifestar vontades políticas em livre, parcialmente livre ou não livre, apareceria com sinal positivo, pois de acordo com Black (2000) quanto maior a liberdade política de uma sociedade maior é a proximidade do desenho das políticas públicas com as aspirações da sociedade e maior seria a eficiência e eficácia dessas políticas o que beneficiaria o setor industrial que também poderia expor suas dificuldades e interesses para os formuladores das políticas públicas e econômicas.

Quanto à variável *income\_tax*, ou a maior alíquota do imposto de renda vigente no país, seu coeficiente de acordo com os estudos de Cowling (1999) e Hellman e Schankerman seria

negativo, pois quanto maior a tributação sobre os lucros ou receitas das empresas, maiores seriam os custos e menor seria a capacidade de novos investimentos, inibindo o crescimento econômico industrial. O coeficiente da variável *legal\_struct*, ou eficiência da estrutura legal do país seria positivo segundo Rapaczynski (1996) e Black (2000), pois quanto maior a eficiência do marco regulatório legal dos países, maior seria a estabilidade institucional e transparência no funcionamento dos mecanismos legais e mais rápidas seriam as decisões judiciais, o que beneficiaria o setor industrial.

A variável *mkt\_cred*, ou proporção de crédito em relação ao PIB, é uma variável de controle que deve ser observada segundo Roland (2000), pois é uma das condicionantes econômicas principais e mais relevantes para o sucesso do setor produtivo privado de um país, principalmente o industrial, sendo fundamental para a capacidade de investimentos em produtividade e competitividade, gerando crescimento econômico. A variável *pop*, ou população, é outra variável de controle, tendo uma relação positiva com o desempenho econômico industrial, pois quanto maior a população, maior a oferta de mão-de-obra e maior o mercado consumidor potencial. (TEECE *et al.*; 1977).

Para a variável *reg\_qualy*, ou qualidade dos marcos regulatório, seria esperado um coeficiente positivo, pois de acordo com Scherer (1970) e Teece *et al.* (1997), quanto maior a qualidade, estabilidade e transparência dos marcos regulatório, maior seria a estabilidade institucional do ambiente no qual o setor industrial atua, beneficiando assim um maior crescimento econômico. A variável *trade\_free*, ou liberdade para o comércio internacional, teria uma relação positiva com o PIB industrial no caso de economias avançadas e negativa no caso de economias em desenvolvimento, pois de acordo com Stiglitz (1996) e Roland (2000), para o segundo grupo o comércio internacional seria menos vantajoso pelas vantagens comparativas e barreiras comerciais, causando prejuízos ao setor industrial.

Para este estudo foram coletadas essas variáveis institucionais, econômicas e políticas para testar a influência das instituições sobre o desempenho econômico setorial. Após uma cuidadosa pesquisa das bases de dados, em que se utilizam apenas fontes internacionalmente reconhecidas, com metodologias imparciais e não politizadas, espera-se encontrar evidências dessa influência contribuindo para o avanço da literatura gerencial e a econômica, não só pela consolidação da base de dados, mas pela tentativa de trabalhar quantitativamente com ela, apresentando resultados objetivos.

## Resultado da Regressão do Modelo Geral

O software utilizado para realizar esses testes econométricos a seguir foi o STATA em sua versão 10.0; a variável dependente foi: Produto Interno Bruto Industrial deflacionado, (*gdp\_deflator*); as variáveis explicativas e testadas foram: efetividade do governo (*efet\_gov*), qualidade da regulação pública (*reg\_qualy*), proporção de crédito em relação ao PIB dado ao mercado (*mkt\_cred*), liberdade para o comércio internacional (*trade\_free*), controle de capital estrangeiro (*capital\_cont*), eficiência da estrutura legal do país (*legal\_struct*), liberdade política dos civis (*free\_house*), índice de percepção de corrupção (*corruption*); variáveis de controle: imposto de renda (*income\_tax*), proporção de gastos públicos em relação ao PIB (*desp\_gov*), população do país (*pop*) e taxa de inflação (*infla*).

Apresentam-se nesta seção os resultados principais das regressões com o valor do coeficiente (Coef.), sendo que este não indica uma relação numérica proporcional entre ele e sua influência na explicação da variável dependente. O sinal do coeficiente indicando se essa relação de influência entre as variáveis independentes e a dependente é positiva ou negativa, o desvio padrão da variável observada (Std.), o intervalo de confiança a ser observado (Conf. Interval) que foi de 10% para a análise amostral, o que é um intervalo cientificamente aceito

pela comunidade para pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas, o parâmetro estatístico t, indicando quando a variável é estatisticamente significativa ou não para de fato ajudar na explicação da variável dependente e seu valor nas tabelas de probabilidade da estatística t-student ( $P > t$ ). As colunas apresentadas são referentes aos resultados das regressões observadas e correspondem as saídas principais da análise de um estudo econométrico. (GREENE, 2008).

De acordo com a Tabela 1, as variáveis significantes no modelo para explicar a conduta do PIB industrial deflacionado foram: a efetividade da ação governamental, com um coeficiente positivo e significativo, indicando que quanto maior a efetividade na aplicação das leis, maior a estabilidade institucional e maior o PIB industrial, a qualidade da regulação do país com um coeficiente negativo, o que demonstra que quanto mais burocrático é o país, pior é o resultado do PIB industrial isso a um nível de significância de 1%. Foram utilizadas 139 observações nesta estimação econométrica.

Com relação à proporção de crédito dada ao mercado, percebe-se um coeficiente positivo sendo significativo ao nível de 5%, o que demonstra que quanto maior for o volume do crédito maior será o crescimento do PIB, com um R<sup>2</sup> ajustado de 0,72 (valor que varia de 0 a 1). Número que segundo Greene (2008) é um excelente valor para indicar o poder explicativo do modelo sobre a variável dependente.

**Tabela 1 - Resultados econométricos para o modelo geral.**

	<b>gdp_deflator</b>	<b>Coef.</b>	<b>t</b>
<b>1</b>	<b>efet_gov***</b>	<b>1657.58</b>	<b>0.008</b>
<b>2</b>	<b>reg_qualy***</b>	<b>-2.482.785</b>	<b>0.003</b>
<b>3</b>	<b>mkt_cred**</b>	<b>18646.19</b>	<b>0.013</b>
<b>4</b>	<b>trade_free*</b>	<b>-25906.58</b>	<b>0.086</b>
5	capital_cont	7.153.277	0.119
6	legal_struct	2.593.714	0.778
7	income_tax	1.746.984	0.293
<b>8</b>	<b>desp_gov***</b>	<b>-1.924.065</b>	<b>0.000</b>
9	free_house	-29619.19	0.186
<b>10</b>	<b>corruption**</b>	<b>-41267.22</b>	<b>0.015</b>
<b>11</b>	<b>pop***</b>	<b>3.022.837</b>	<b>0.000</b>
12	infla_	1.266.677	0.803
	constante	-73184.15	0.019

Legenda: \*\*\*grau de significância de 1%; \*\*grau de significância de 5%; \*grau de significância de 10%.

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos resultados da regressão no STATA 10.0.

Para a variável liberdade do comércio temos um resultado interessante demonstrando uma influência negativa ao nível de 10%, que pode ser explicada por fatores de competitividade, dado que quanto maior é a abertura maior a possibilidade de entrada de produtos externos. Quanto à variável gastos públicos do governo, obteve-se o resultado esperado com sinal negativo e significativo ao nível de 1%, pois quanto maior o consumo do governo, maior a concorrência dele com o setor privado por fatores de produção e por bens e serviços privado.

Com relação às duas últimas variáveis significantes do modelo, percebem-se os sinais esperados: negativo para a variável corrupção, com nível de significância de 5%, percebe-se que quanto maior é o índice de percepção de corrupção do país, pior é o desempenho do PIB industrial. Já para a última variável, população, temos um coeficiente significativo ao nível de

1% e positivo, demonstrando que quanto maior a população maior o mercado consumidor interno, maior a abundância do fator trabalho e melhor é o desempenho do PIB industrial.

As demais variáveis não foram significantes: *capital\_cont*, ou controle de capitais; *legal\_struct*, ou eficiência da estrutura legal; *income\_tax*, ou a maior alíquota do imposto de renda; *free\_house*, ou liberdade política civil; e *infla*, ou inflação. Quanto à variável *capital\_cont*, uma das razões possíveis para a sua não significância ao analisar a base de dados é o não controle de capitais exercido pelos países da América Latina sobre o capital estrangeiro, o que de acordo com Hetherington (2004) ocorre pela necessidade da entrada de investimentos estrangeiros mesmo sendo especulativos. Para a variável *legal\_struct*, assim como para a *free\_house*, existem poucos anos de observação, o que pode ser uma razão para a sua não significância estatística na explicação da variável dependente. Quanto às variáveis *income\_tax* e *infla*, existe uma variabilidade muito grande entre elas de país para país, tendo países na América Latina como Venezuela com altas alíquotas máximas de imposto de renda e taxas de inflação e países como o Chile com alíquotas máximas pequenas e também pequenas taxas de inflação. O que de acordo com o Greene (2008) podem ser indícios de explicações para as não significâncias estatísticas dessas variáveis independentes.

### Teste de Robustez do Modelo Geral e Discussão dos Resultados Econométricos

Foram realizados testes de robustez para os resultados encontrados no modelo geral. O primeiro tipo de teste baseado em Greene (2008) foi a retirada de todas as variáveis explicativas e de controle e inclusão progressiva de uma a uma para testar se alguma ampliava ou reduzia o poder de explicação, ou significância de outra. Mais um teste feito foi o da retirada de todas as unidades observacionais da amostra e inclusão progressiva uma a uma, o que permitiu uma análise de influência entre os entes observados, teste esse denominado *Chow Predictive* ou Falha Preditiva, (GREENE, 2008) que não indicou retirada ou sobreposição de explicação das unidades da amostra.

Por meio desses testes percebeu-se que as variáveis significativas: efetividade governamental, liberdade para o comércio internacional, percepção de corrupção, crédito ao mercado e regulação do governo, mantiveram-se significantes durante os testes de retirada e inclusão progressiva de variáveis, demonstrando a importância desses indicadores institucionais para o desempenho setorial da indústria.

Quanto ao teste de retirada e inclusão progressiva dos países latino-americanos da amostra também se observou que nenhum deles teve sua estatística p-valor significativa ao nível de 1%, 5% ou 10%, demonstrando assim que nenhum deles trouxe um viés para qualquer uma das variáveis observadas, não trazendo também nenhum viés sobre a amostra, de modo a alterar ou influenciar significativamente os resultados do modelo econométrico. Portanto, segundo Greene (2008), o modelo aqui apresentado e seus resultados não possuem viés de amostra quanto às unidades observacionais escolhidas, ou as variáveis inseridas no modelo, o que permite que se ampliem as análises e conclusões advindas delas para casos mais gerais.

Percebe-se que não há indícios de multicolineariedade, pois as variáveis se mantiveram significantes a níveis muito próximos aos que eram anteriormente e com os sinais de seus coeficientes inalterados. Com exceção da variável *free\_house* que já havia demonstrado ser uma variável pouco explicativa e pouco agregadora no poder explicativo do modelo ( $R^2$  ajustado de 0,72). Foram utilizadas 159 observações nesta estimação econométrica.

Por fim, o modelo abaixo reúne somente as variáveis significantes dos outros modelos para assim se testar se uma tiraria a significância ou poder de explicação da outra, indicando, por exemplo, multicolineariedade.

**Tabela 2 - Resultados econométricos para o modelo simplificado.**

	gdp_deflator	Coef.	t
1	efet_gov*	32.64687	0.098
2	reg_qualy***	-3068.81	0
3	mkt_cred***	24238.44	0.001
4	trade_free**	-30452.8	0.047
5	capital_cont*	7744.749	0.054
6	desp_gov***	-2555.49	0
7	free_house	-4085.07	0.856
8	corruption**	-36646.7	0.026
	constante	506326.2	0

Legenda: \*\*\*grau de significância de 1%; \*\*grau de significância de 5%; \*grau de significância de 10%.

Fonte: Elaboração própria do autor a partir dos resultados da regressão no STATA 10.0.

Percebe-se que não há indícios de multicolineariedade, pois as variáveis se mantiveram significantes a níveis muito próximos aos que eram anteriormente e com os sinais de seus coeficientes inalterados. Com exceção da variável free\_house que já havia demonstrado ser uma variável pouco explicativa e pouco agregadora no poder explicativo do modelo (R2 ajustado de 0,72). Foram utilizadas 159 observações nesta estimação econométrica.

Para efeito de comparação e síntese dos resultados dos modelos acima, traz-se uma tabela comparativa com os resultados obtidos, para facilitar a leitura e demonstrar a importância das principais variáveis aqui trabalhadas.

O Quadro 2 apresenta um resumo dos resultados obtidos nas regressões rodadas. É possível perceber que a variável efetividade da ação governamental aparece com sinal positivo e significativo ao nível de pelo menos 10%, indicado pelo asterisco ao lado do sinal positivo, em todas as regressões rodadas. Indicando um interessante indício para o efeito das intervenções governamentais no desempenho econômico industrial.

**Quadro 2 - Resumo dos resultados encontrados nos modelos geral e simplificados.**

VARIÁVEIS	MG	M	M	M	M	M	M	M	M	MS	M	M	M
	S	S	S	S	S	S	S	S	S	9	S	S	S
	1	2	3	4	5	6	7	8		10	11	12	
1	efet_gov	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
		***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***
2	reg_qualy	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		***		***	***	***	***	***	***	***	***	***	***
3	mkt_cred	+		+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
		**		**	**	**	**	**	**	**	**	**	**
4	trade_free	- *			-	- *	- *	- *	- *	- *	- *	- *	- *
5	capital_cont	+				+	+	+	+	+	+	+	+
6	legal_struct	+					+	+	+	+	+	+	
7	income_tax	+						+	-	-	+	+	
8	desp_gov	-								-	-	-	-
		***								***	***	***	***
9	free_house	-								+	-	-	-
10	corruption	- **									- **	- **	- **
11	pop	+										+	+
		***										***	***

Legenda: MG – Modelo Geral; MSn – Modelo Simplificado, sendo n 1 a 12; + ou – remete ao sinal encontrado no coeficiente de cada variável em cada modelo rodado; \*\*\*grau de significância de 1%; \*\*grau de significância de 5%; \*grau de significância de 10%..

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos resultados obtidos nas análises econométricas.

As seguintes variáveis aparecem com significância estatística de pelo menos 10% e com sinais positivos ou negativos constantes, ao longo de todas as regressões, geral ou parciais: qualidade dos marcos regulatórios – reg\_qualy, proporção de crédito ao mercado em relação ao PIB – mkt\_cred, liberdade para o comércio exterior - trade\_free, proporção das despesas públicas com consumo em relação ao PIB – desp\_gov, índice de percepção de corrupção e população- corruption e tamanho da população – pop, indicando a robustez do modelo e das variáveis explicativas e de controle usadas.

Quando a variável não aparece significativa nem a 10%, como é o caso da qualidade da estrutura legal dos países, colocou-se simplesmente o sinal do coeficiente – não significativa - para indicar. A não significância estatística para explicar o desempenho ocorreu no caso da variável qualidade da estrutura legal, da maior alíquota do imposto de renda cobrada – a income\_tax e da free\_house, que indica quão livre é o país politicamente ou não.

### Conclusões e Contribuições

Não se tem a pretensão aqui de encerrar a discussão sobre a importância das instituições ou se trazer uma resposta definitiva sobre seu desenho ou influência no desempenho econômico, mas sim ao aproximar literatura gerencial e econômica trazer mais elementos empíricos para essa discussão, que após a crise financeira internacional de 2008 ganhou extrema importância, ao discutir-se uma maior regulação do Estado sobre os Mercados, além de se tentar complementar ambas naquilo em cada uma avançou menos, com um diálogo que muitas vezes se mantém adormecido em Universidades e nos cursos de graduação, pois se observa que na estrutura curricular básica do curso de Economia há pouco ou quase nada das Ciências Gerenciais, enquanto que no curso de Administração há também uma participação relativamente pequena das disciplinas de Economia. Aliando teoria e prática na tentativa de aperfeiçoar a formação dos alunos de graduação, é possível, também, conduzir relevantes experimentos que serviriam para os próprios educadores melhorarem o foco de suas disciplinas, sua abordagem didática e os testes de avaliação, para que não fiquem reduzidas a avaliações escritas.

No caso da econometria em painel, apesar do não controle do experimentador quanto à coleta dos dados e o não conhecimento completo da metodologia de coleta dos mesmos, usaram-se fontes confiáveis e bases de dados secundárias oficiais que muito colaboraram no momento de se desenhar o experimento; e que permitiram interessantes observações acerca das influências de instituições e das políticas governamentais sobre o setor industrial dos diversos países estudados. Tais bases foram levantadas junto a institutos reconhecidos no mercado, parceiros da Universidade de São Paulo e com idoneidade comprovada, como o *Fraser Institute* do Canadá, uma organização de pesquisa sem fins lucrativos, apoiada pelas universidades HEC Montreal e University of Victoria. Ao se indicar variáveis-chaves para se inserir em cada ambiente institucional tentou-se modelar da melhor maneira possível, diferentes ambientes para estudar seus efeitos na conduta dos agentes e no desempenho setorial.

Por sua vez a distância do experimentador dessa base de dados secundária garante um não viés e uma validade externa dos resultados econométricos que deve ser considerada. Por outro lado, o método do Laboratório de Gestão, apesar de poder trazer um viés do pesquisador

ao se modelar as instituições e se desenhar os eventos críticos e o Estado simulado, possibilita um maior controle da coleta de dados primários.

Neste estudo obtiveram-se indícios de que a conduta dos gestores foi determinante para o aproveitamento das oportunidades econômicas oferecidas pelos incentivos governamentais. Frente a incentivos simétricos disponíveis a todos os gestores e uma relativa assimetria de informação menor do que a presentes no mundo real dos negócios, observaram-se resultados assimétricos onde somente algumas firmas conseguiram extrair resultados positivos regulares, sendo essas na maior parte do Estado misto.

No caso do modelo econométrico apresentado neste estudo, a primeira variável significativa no modelo para explicar o desempenho do PIB industrial deflacionado foi: a efetividade da ação governamental, com um coeficiente positivo e significativo. Neste sentido, tem-se um indício de que a presença do Estado na economia pode ser benéfica dentro de alguns critérios e condições; com essa variável que mede a totalidade da implantação de políticas públicas após o seu anúncio, indica que o se o governo é eficaz e ativo em sua comunicação e na prática de se fazer políticas, isto reduziria a assimetria de informação por parte do mercado, que se adaptaria com mais facilidade às mudanças praticadas pelas autoridades.

A variável em questão não indicaria a qualidade dessa ação do governo, apenas se ele é ou não efetivo na implantação de suas políticas anunciadas, por isso não cabe indicar se esse resultado mostra um ponto positivo ou não na economia desses países, mas que quanto maior a efetividade na implantação de Políticas Públicas, maior o desempenho setorial.

Tão importante quanto conhecer e saber controlar as variáveis endógenas à empresa é saber reconhecer e analisar as variáveis exógenas, sejam elas institucionais, políticas, macroeconômicas, microeconômicas, da estrutura setorial ou das condutas das empresas concorrentes, para identificar se as decisões tomadas e sua própria conduta terão os efeitos desejados e esperados.

### **Limitações e Proposições para Novos Estudos**

As limitações presentes neste estudo podem ser objeto de avanço futuro: ampliar a base de dados dos países utilizada no método econométrico, usando, por exemplo, países da OCDE – Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico, que agrupa os países mais ricos do mundo, para assim realizar uma análise comparada dos resultados entre países latino-americanos e desta organização.

Há ainda a possibilidade de se usar outras formas de análise metodológica e à medida que a ciência econométrica avançar, usar modelos de regressão mais avançados e eficientes, que possam corrigir eventuais falhas do estudo. Ou até mesmo usar outros softwares computacionalmente mais completos e com uma possibilidade maior de corrigir e controlar eventuais problemas e limitações das amostras.

Outro importante tema passível de estudo seria analisar se a importância de intervenções econômicas por parte do governo tem seus efeitos ou resultados diminuídos por conta de haver uma maior interação de atores econômicos, frente a um maior número de variáveis exógenas, não passíveis de controle por parte do governo local.

### **Referências**

BLACK, Bernard. *The legal and institutional preconditions for strong securities markets, Olin Program in Law and Economics, Working Paper 179*, Stanford Law School (forthcoming in *UCLA Law Review*), 2000.

- CHIAROMONTE, Francesca; DOSI, Giovanni. *The Micro Foundations of Competitiveness and their Macroeconomic Implications*, in: Foray, D., Freeman, C. (eds.); ***Technology and the Wealth of Nations: the dynamics of constructed advantages***. London: Pinter, 1991.
- COWLING, Keith. ***Industrial policy in Europe: Theoretical perspectives and practical proposals***. Washington, DC: The World Bank, mimeo. April, 1999.
- CROZIER, Michel. *La transición del paradigma burocrático a una cultura de gestión pública*. ***Revista del Clad, Reforma y Democracia***. Caracas, jan. 1996.
- DELLA PORTA, Donatella. *Social capital, beliefs in government, and political corruption*. In: PHARR, S.; PUTNAM, R. D. (Eds.). ***Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?*** Princeton: Princeton University Press, 2000.
- DOSI, Georg; EGIDI, Michael. *Substantive and Procedural Uncertainty: an Exploration of Economic Behaviours in Changing Environments*. ***Journal of Evolutionary Economics***, abril, 1991.
- DOSI, Georg. ***Technical Change and Industrial Transformation***. Londres: Macmillan. 1994.
- EGGERTSSON, Thráinn. ***Economic Behavior and Institutions***. *Cambridge Surveys of Economic Literature*, Cambridge: CUP, 1990.
- ELSNER, Wolfram; GROENEWEGEN, John. ***Industrial Policies after 2000***. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000.
- FRASER, The Institute. Relatório econômico, político e institucional do órgão de pesquisa ligado ao governo do Canadá. Disponível em [www.fraserinstitute.org](http://www.fraserinstitute.org). Último acesso em agosto de 2010.
- GONÇALVES, Reinaldo. ***A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira***. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- GOSENPUD, Jim; WASHBUSH, Bob. *Predicting Simulation Performance: Differences Between Groups and Individuals*. *Development In Business Simulation & Experiential Exercises*, Vol. 18, pp.44-48. Reimpresso em *The Bernie Keys Library*, disponível em <http://www.absel.org>, 1991.
- GREENE, William. ***Econometric Analysis***. (6th ed.) New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.
- GRIGORIAN, David; MARTINEZ, Albert. ***Industrial growth and quality of institutions: What do (transition) economies have to gain from the rule of law?.*** World Bank Working Paper 2475, Washington, DC: The World Bank, 2001.
- HAVRYLYSHYN, Oleh; VAN ROODEN, Ron. *Institutions matter in transition, but so do policies*. ***IMF Working Paper***, WP/00/70, Washington, DC: International Monetary Fund. 2000.
- HELLMAN, Joel; SCHANKERMAN, Mark. *Intervention, corruption and capture: The nexus between enterprises and the state*. ***Public Choice Journal***, vol.8 (3), pp.545- 576, 2010.
- HELLMAN, Joel; JONES, Geraint; KAUFMAN, Daniel. *'Seize the State, Seize the Day'- State capture, corruption and influence in transition*. ***Policy Research Working Paper 2444***, Washington, DC: The World Bank. 2000.
- HETHERINGTON, Marc. *The political relevance of political trust*. ***American Political Science Review***, v. 92, n. 4, p. 791-808, 1998.
- \_\_\_\_\_. *The effect of political trust on the presidential vote, 1968-96*. ***American Political Science Review***, v. 93, n. 2, p. 311-326, 1999.
- \_\_\_\_\_. ***Why trust matters: declining political trust and the demise of American liberalism***. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- INGLEHART, Ronald. ***Modernization and post modernization: cultural, economic, and political change in societies***. Princeton: Princeton University Press, 1997.

- \_\_\_\_\_. *World values surveys and European values surveys, 1981-1984, 1990-1993, and 1995-1997 (dataset and codebook)*. Ann Arbor, Michigan: Inter-University Consortium for Political and Social Research, Study n. 2790, 2000.
- KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. London: Unwin Hyman, 1988.
- KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: v. 40 (3): p.479-99, Maio/Jun, 2006.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Redesigning the State profile for social and economic development and change*. *International Review of Administrative Sciences*, jun. 1994.
- LAGOS, Marta. *Between stability and crisis in Latin America*. *Public Choice Journal*, v. 12, n. 1, p. 137-45, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A road with no return?* *Public Choice Journal*, v. 14, n. 2, p. 163-173, 2003.
- MOOSA, Imad. *Foreign direct investment: theory, evidence, and practice*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgravem, 2002.
- NORTH, Douglass. *Institutions*. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, winter, p. 97-112, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Economic performance through time*. *The American Economic Review*, v. 84, n. 3, jun., p. 359-68, 1994.
- RAPACZYNSKI, Andrzej. *The roles of the state and the market in establishing property rights*. *Journal of Economic Perspectives*, vol.10 (2), pp.87-103, 1996.
- ROLAND, Gérard. *Transition and economics: Politics, markets, and firms*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.
- ROLAND, Gérard; VERDIER, Thierry. *Law enforcement and transition*. *CEPR Discussion Paper 2501*, London: CEPR, 2000.
- SAUAIA, Antonio Carlos Aidar. *Satisfação e aprendizagem em jogos de empresas: contribuições para a Educação Gerencial*. Tese de Doutorado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 273, 1995.
- \_\_\_\_\_. Monografia Racional. *Anais do I SEMEAD – Seminários em Administração, PPGA/FEA/USP/SP*. Volume 01, Setembro, p.276-94, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Laboratório de Gestão: simulador organizacional, jogo de empresas e pesquisa aplicada**. Barueri: Manole, 1 ed., 2008.
- \_\_\_\_\_. **Laboratório de Gestão: simulador organizacional, jogo de empresas e pesquisa aplicada**. Barueri: Manole, 2 ed., 2010.
- SCHERER, Mark. *Industrial Market Structure and Economic Performance*. Chicago: Rand McNally, 1970.
- STIGLITZ, Joseph. *Some lessons from the East Asian Miracle*. In: *Research observer*. The World Bank, ago, 1996.
- STREETEN, Paul. *Market and States: against minimalism*. *World Development*, v. 21, n.8, 1993.
- TEECE, David; PISANO, Gary; SHUEN, Amy. *Dynamic Capabilities and Strategic Management*, *Strategic Management Journal*, 18, forthcoming, 1997.
- WILLIAMSON, Oliver. *The Economic Institutions of Capitalism*. Free Press: New York, 1985.